



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Dê ciência aos membros da Casa por meio eletrônico.

Para leitura no expediente da Sessão de.....17.....

.....de novembro de 2025.....

G.P.17...../.....11...../.....2025.....

OF.PROLEI.Nº 073/25

Mogi Mirim, 14 de novembro de 2 025.

Cristiano Gaioto
Presidente da Câmara

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Ao encaminhar propositura para apreciação
dessa colenda Câmara de Vereadores, peço-lhe que o Projeto de Lei, objeto da
MENSAGEM Nº 073/25, seja discutido e votado sob o **REGIME DE**
URGÊNCIA, de acordo com o previsto no art. 54 da vigente Lei Orgânica deste
Município.

Respeitosamente,

PAULO DE OLIVEIRA
E
SILVA:20108664600

Assinado de forma digital por
PAULO DE OLIVEIRA E
SILVA:20108664600
Dados: 2025.11.17 10:43:56 -03'00'

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 238/25
FOLHA Nº 03

MENSAGEM Nº 073/025

[Proc. Adm. nº 001050.000123/2025-84]

Mogi Mirim, 14 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador CRISTIANO GAIOTO
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada (GDAD), destinada aos policiais militares do Estado de São Paulo que venham a exercer atividades municipais delegadas ao Estado por força de convênio firmado com o Município de Mogi Mirim.

A presente proposta atende a critérios técnicos de gestão pública, diretrizes de segurança pública integradas e parâmetros já consolidados em outros municípios paulistas que adotam o modelo de "Atividade Delegada", instrumento amplamente reconhecido por fortalecer o policiamento ostensivo e ampliar a presença preventiva nas áreas urbanas, sem insuflar o quadro de pessoal permanente do Município. Trata-se de iniciativa estratégica, que permite ao Poder Público municipal contar, de forma planejada e regulamentada, com o apoio das forças estaduais para intensificação de ações preventivas, fiscalização, patrulhamento e atendimento de demandas específicas de interesse local.

A criação da GDAD é fundamental para viabilizar a execução da atividade delegada, uma vez que o convênio firmado com o Estado de São Paulo impõe ao Município a responsabilidade pelo pagamento da hora trabalhada pelos policiais militares designados. O projeto estabelece critérios claros e objetivos para cálculo da gratificação, utilizando a Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) como referência, o que assegura atualização anual e compatibilidade com a legislação estadual. Além disso, define coeficientes distintos conforme a graduação militar, reconhecendo a complexidade das funções desempenhadas e a necessidade de remuneração proporcional às responsabilidades inerentes a cada posto.

A natureza indenizatória da GDAD, expressamente prevista no texto, visa garantir total segurança jurídica ao Município, evitando interpretações equivocadas sobre incorporação à remuneração, reflexos previdenciários ou impactos sobre vantagens permanentes. Trata-se de medida alinhada às melhores práticas jurídicas em matéria de gestão de gratificações extraordinárias, preservando o equilíbrio fiscal e resguardando o ente municipal de futuros passivos trabalhistas. Ainda, a gratificação não poderá ser cumulada com outras de igual natureza, reforçando o caráter excepcional da atividade delegada.

A competência exclusiva do Prefeito para firmar o convênio, conforme previsto no texto, resguarda o interesse público e garante que o Município mantenha controle integral sobre as condições de execução da atividade delegada, suas metas, periodicidade e impactos orçamentários. Ademais, o projeto estende a possibilidade de concessão da GDAD a bombeiros integrantes da Polícia Militar, mediante convênio específico, o que amplia o alcance das ações municipais em situações de emergência, prevenção de sinistros e apoio à defesa civil.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PROC. Nº 238/25

FOLHA Nº 04

As despesas decorrentes da implementação da GDAD correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo receber suplementações, emendas impositivas ou recursos de fundos específicos, permitindo gestão responsável e transparente dos recursos públicos.

Em síntese, este Projeto de Lei reforça a cooperação entre Estado e Município, contribui para o aumento da sensação de segurança da população, fortalece a capacidade operacional das forças públicas, valoriza o trabalho dos policiais militares e permite que Mogi Mirim se alinhe a outras cidades que já utilizam com sucesso o modelo de Atividade Delegada.

Do mais, considerando o caráter público cuja matéria se destina, submeto-a ao crivo desse R. Legislativo, convicto de que sua aprovação se dará na melhor forma de direito, como nela se contém e declara.

Respeitosamente,

PAULO DE OLIVEIRA E
SILVA:20108664600

Assinado de forma digital por PAULO
DE OLIVEIRA E SILVA:20108664600
Dados: 2025.11.17 10:14:15 -03'00'

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal